



“Aceita o conselho dos outros, mas nunca desista da tua própria opinião”

William Shakespeare



Assista à playlist da Capital S/A no Youtube

Banco do Brasil e Caixa vão participar de garantia à operação de empréstimo ao BRB

Apesar de não conceder o aval oficial para empréstimo do GDF com o FGC, a forma de o Ministério da Fazenda colaborar no caso foi autorizando o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a participarem do pool de instituições financeiras que vai dar a carta fiança de garantia para a operação. Nos bastidores, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, com o consentimento do presidente da República, Lula, permitiu que os dois bancos ajudem na solução do caso. Mas isso não significa que eles vão repassar recursos diretamente. Apenas, serão avalistas junto a bancos privados da transação. O acordo fechado ontem autoriza o Governo do Distrito a pegar um empréstimo de R\$ 6,6 bilhões junto ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Esse fundo é abastecido por dinheiro dos bancos privados.



Ministro Fux pediu celeridade

Um representante do FGC participou de forma on-line da reunião de ontem no STF, que selou o acordo. O próprio ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux pediu celeridade ao Fundo na análise do empréstimo ao BRB. O acordo foi mediado pelo ministro, porque o GDF entrou com ação judicial pedindo que o governo federal não se omitisse na situação.

Rosinei Coutinho/STF



Restrições de despesas

Em troca da flexibilização das regras, o Distrito Federal assumiu compromissos de ajuste fiscal. O acordo prevê restrições como:

- » proibição de novos concursos públicos;
- » limitação de reajustes salariais;
- » vedação à criação de cargos que aumentem despesas.

As medidas valerão até que o empréstimo seja quitado ou até que o DF volte a atingir nota A+ na avaliação de capacidade de pagamento do Tesouro Nacional.

Entenda a operação com o acordo judicial

Com a mediação do STF, União e DF chegaram a um entendimento para flexibilizar regras fiscais e permitir a operação sem que a União precisasse entrar como avalista.

Mudanças

» **Antes do acordo:** o DF tinha limite de cerca de R\$ 900 milhões para empréstimos;

» **Após o entendimento:** será possível viabilizar operação de até R\$ 6,5 bilhões.

Garantias do DF em caso de inadimplência
Como a União não dará garantia ao empréstimo, o DF precisará apresentar contragarantias. A combinação prevê o uso de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Esses fundos são transferências federais feitas regularmente aos governos estaduais e municipais. Na prática, se houver inadimplência, os bancos poderão acessar parte desses recursos para receber os pagamentos da dívida. Outras garantias, como dividendos e participação acionária, também poderão ser usadas.

Projeto de Lei Brasil contra as Bets une bolsonaristas e lulistas no Congresso

O Projeto de Lei Brasil Contra as Bets reuniu aliados improváveis no Congresso Nacional. Lado a lado, a senadora Damare Alves (Republicanos) e a deputada federal Benedita da Silva (PT) apresentaram a proposta legislativa que proíbe anúncios, propaganda e patrocínio vinculado às plataformas de apostas on-line no Brasil. Além da regulação da publicidade, a medida propõe a proibição de jogos de aposta online considerados de alto risco de dependência. A proposta conta com o apoio de 20 deputados federais e sete senadores de diferentes partidos e estados brasileiros.



Reprodução/Instagram



Dois senadores do DF

No Senado aderiram à proposta os senadores Damare Alves (Republicanos-DF), Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), Hamilton Mourão (Republicanos-RS), Izalci Lucas (PL-DF), Teresa Leitão (PT-PE), Otto Alencar (PSD-BA) e Humberto Costa (PT-PE).

Postagem de Anitta em apoio

O vídeo publicado pela cantora Anitta criticando a publicidade das bets e afirmando que o vício nas apostas on-line tem prejudicado a saúde e a finança das famílias brasileiras entusiasinou os integrantes do movimento Brasil Contra Bets, lançado no dia 20 de maio junto com uma plataforma para coleta de assinaturas da população em favor da pauta: brasilcontrabets.org.

Rafael Fernandes

Metró leva música ao vivo na estação Guará

Projeto musical ocupará, em junho, espaço do metrô com piano aberto ao público, aulas on-line e apresentações semanais. Será na Estação Guará. A iniciativa, que conta com o apoio do FAC (Fundo de Apoio à Cultura) da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF (Seccec) e do programa “Metror Cultural”, propõe aproximar os passageiros do piano por meio de uma programação que reúne formação gratuita, intervenção cultural interativa e apresentações ao vivo. O projeto é idealizado pelo pianista Victor Hugo Queiroz Porto, que também assina a curadoria artística das apresentações. Pianista, arranjador e compositor com formação em Licenciatura em Música pela Universidade de Brasília, Victor Hugo destaca-se pela versatilidade no jazz, tango e na música brasileira.



INVESTIGAÇÃO

Em 21 dias, funcionários foram alvos de duas operações por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa

Golpistas agiam em agências do BRB

» DARCIANNE DIOGO

Em 21 dias, duas operações coordenadas pela Delegacia de Repressão à Corrupção da Polícia Civil (DRCor/

PCDF) colocaram o Banco de Brasília (BRB) no centro de investigações sobre corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Os alvos dos inquéritos são pessoas de influência na instituição,

com cargos de confiança. Os nomes não foram revelados. Ontem, a operação Crédito Corrompido desmantelou um suposto esquema de fraudes em empréstimos consignados e liberação irregular de créditos milionários no banco.

A ação contou com o apoio da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep), do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), além das polícias civis de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Foram cumpridos 16 mandados de busca e apreensão no Distrito Federal (Samambaia, Taguatinga e Águas Claras), em São Paulo e no Rio de Janeiro. A Justiça também determinou o bloqueio de R\$ 1,01 milhão, valor que, segundo a investigação, teria sido recebido por um gerente do BRB como propina e posteriormente ocultado por meio de uma empresa de fachada. Ninguém foi preso.

As investigações começaram em 2025 após o próprio BRB informar à Polícia Civil suspeitas de irregularidades envolvendo empregados do banco e correspondentes bancários conhecidos como “pastinhas”. Segundo a corporação, os investigados atuavam na oferta de empréstimos consignados para pessoas sem perfil para aprovação, principalmente professores temporários. De acordo com a apuração, os correspondentes abordavam clientes por meio de grupos em redes sociais e se apresentavam como assessores do banco.

A polícia afirma que documentos falsificados eram enviados às agências para viabilizar a contratação dos empréstimos. Em alguns casos, os clientes transferiam cerca de 30% do valor obtido ao grupo criminoso. Em outros, os valores eram desviados diretamente pelos próprios gerentes para contas ligadas aos operadores do esquema.

Núcleos

A Polícia Civil identificou outra frente de atuação, relacionada à liberação de créditos milionários. Segundo os investigadores, gerentes do segmento de alta renda do

Divulgação/Polícia Civil do DF



Policiais cumpriram 16 mandados de busca e apreensão, sendo cinco deles no Distrito Federal

banco teriam recebido propina para aprovar operações financeiras de grande porte em conluio com operadores financeiros.

Os suspeitos se dividiram em cinco núcleos: o grupo dos “pastinhas”, responsável por recrutar clientes e falsificar documentos; o dos intermediários, encarregado de negociar diretamente com gerentes do banco; o dos gerentes do varejo, que liberariam créditos irregulares e desviariam valores; o dos gerentes da área de alta renda, ligados à aprovação de empréstimos milionários; e o dos operadores financeiros, responsáveis pelo pagamento de propina e movimentação dos recursos.

As diligências de ontem buscaram reforçar provas relacionadas aos crimes de peculato, corrupção ativa e passiva, estelionato contra a administração pública, lavagem de dinheiro e associação ou organização criminosa.

Em nota oficial, o BRB informou que a operação partiu de informações repassadas pelo próprio banco às autoridades. “A apuração interna teve início ainda em 2025, evidenciando a atuação proativa

e diligente da instituição. Após a identificação dos fatos, o banco adotou as medidas administrativas cabíveis, resguardando o interesse institucional e o devido processo. O BRB segue colaborando integralmente com as autoridades para assegurar a conformidade de suas operações e a devida responsabilização de eventuais envolvidos.”

Em 7 de maio, a PCDF executou uma nova ofensiva contra empregados públicos do BRB investigados por lavagem de dinheiro e corrupção. Novamente, as informações foram repassadas à polícia pelo próprio banco, que detectou as irregularidades ocorridas em uma de suas agências, como operações suspeitas e descumprimento de regras de compliance, pelo gerente da agência.

Os investigadores identificaram movimentações financeiras estimadas em R\$ 15 milhões envolvendo transferências suspeitas entre pessoas físicas e jurídicas, operações com uso intensivo de numerário em espécie e indícios de ocultação patrimonial por meio da aquisição de veículos de alto valor e circulação fracionada de recursos.

Parte dos valores investigados teria origem em fraude eletrônica milionária contra empresas privadas anteriormente identificadas, tendo os recursos sido bloqueados no BRB.

Um empregado público do BRB seria responsável pela intermediação de carteiras de ativos e teria operacionalizado a venda de ativos — três carteiras no valor de mais de R\$ 60 milhões — e em datas imediatamente subsequentes às operações suspeitas nas contas bancárias dos investigados, bloqueio de transferências de oito veículos de luxo e de um imóvel no Distrito Federal. Se condenados, os suspeitos podem responder pelos crimes de corrupção, organização criminosa e lavagem de dinheiro, com pena somada de até 30 anos de prisão.

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM
CNPJ 00091652/0001-89

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Edital de Convocação

Na forma do Estatuto Social e Legislação vigente, convocamos os Senhores Acionistas da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, dia 08 de junho de 2026, às 14 horas e 30 minutos, na Sede da Companhia, localizada no Setor Bancário Norte - SBN, Quadra 02, Asa Norte, Bloco H, 5º Andar, Edifício Central Brasília, Brasília - DF, a fim de deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA

a) Eleição de José Luiz Ubaldino de Lima, como membro suplente do Conselho Fiscal, indicado pelo Ministério de Minas e Energia - MME, em substituição ao senhor Luis Guilherme Parga Cintra.

O acionista que desejar ser representado na referida Assembleia Geral deverá depositar a procuração com poderes especiais na Sede da Companhia, até às 14 horas e 30 minutos do dia 05 de junho de 2026, conforme estabelece o artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os documentos objeto das deliberações da Assembleia Geral estão disponíveis para consulta na Sede da Companhia. Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimento pode ser encaminhada para o endereço de e-mail seger@sngb.gov.br.

Brasília, 22 de maio de 2026
DENIS DE MOURA SOARES
Presidente do Conselho de Administração